



PROCURADORIA

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 550/25

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:

- Constituição Federal;

- **Lei Federal nº 6.259, de 30 de outubro de 1975**, que dispõe sobre a organização das ações de vigilância epidemiológica, sobre o programa nacional de imunizações, estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças, e dá outras providências;

- **Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

- **Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990**, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde – SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;

- **Lei Federal nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999**, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências;

- **Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012**, que dispõe sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços de saúde, nos termos que especifica, e dá outras providências;

- **Decreto Federal nº 5.055, de 27 de abril de 2004**, que institui o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, em Municípios e regiões do território nacional, e dá outras providências;

- **Lei Federal nº 11.347, de 27 de setembro de 2006**, que dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos e materiais necessários à sua aplicação

**PROCURADORIA**

e à monitoração da glicemia capilar aos portadores de diabetes inscritos em programas de educação para diabéticos;

- **Lei Orgânica do Município de São Paulo;**

- **Lei Municipal nº 11.684, de 17 de novembro de 1994**, que dispõe sobre ressarcimento à Prefeitura Municipal de São Paulo das despesas com os segurados de qualquer empresa privada prestadoras de serviços de assistência médica ou de administradoras de plano de saúde quando atendidos em unidades de saúde da rede Municipal de São Paulo;

- **Lei Municipal nº 11.766, de 17 de maio de 1995**, que institui o Dia Municipal de Prevenção ao Diabetes, e dá outras providências;

- **Lei Municipal nº 11.845, de 6 de julho de 1995**, que institui no Município de São Paulo o programa de doação de seringas descartáveis e insulina a portadores de Diabetes Melittus (Diabetes Tipo I) em toda a Rede Municipal de Saúde, alterada pelas Leis nºs 12.496/97 e 13.445/02;

- **Lei Municipal nº 12.496, de 10 de outubro de 1997**, altera o artigo 3º da Lei n. 11.845, de 6 de julho de 1995, que institui o Programa de Doação de Seringas Descartáveis e Insulina a portadores de Diabetes Melittus (Diabetes tipo I) e Diabetes tipo II, insulino-dependentes, em toda a Rede Municipal de Saúde.

- **Lei Municipal nº 12.546, de 07 de janeiro de 1998**, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Saúde de São Paulo, e dá outras providências;

- **Lei Municipal nº 13.205, de 8 de novembro de 2001**, que dispõe sobre a obrigatoriedade das escolas e creches municipais manterem alimentação diferenciada aos diabéticos em sua merenda escolar;

- **Lei Municipal nº 13.285, de 9 de janeiro de 2002**, que cria o Programa de Prevenção ao Diabetes e à Anemia Infantil, na Rede Municipal de Ensino e dá outras providências. Com a alteração da Lei nº 14.846/08;

- **Lei Municipal nº 13.271, de 04 de janeiro de 2002**, que dispõe sobre a descentralização das ações e serviços de saúde no Município de São Paulo, com a criação de entidades autárquicas hospitalares de regime especial;

**PROCURADORIA**

- **Lei Municipal nº 13.285, de 9 de janeiro de 2002**, que cria o Programa de Prevenção ao Diabetes e à Anemia Infantil, na Rede Municipal de Ensino e dá outras providências;
- **Lei Municipal nº 13.780, de 11 de fevereiro de 2004**, que dispõe sobre a criação do Programa de Atenção à Saúde do Escolar, e dá outras providências;
- **Lei Municipal nº 14.029, de 13 de julho de 2005**, que dispõe sobre proteção e defesa do usuário do serviço público do Município de São Paulo, e dá outras providências;
- **Lei Municipal nº 14.413, de 31 de maio de 2007**, que dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Município e dá outras providências, alterada pela Lei Municipal nº 15.281, de 9 de setembro de 2010;
- **Lei Municipal nº 14.984, de 23/09/2009**, que institui, no âmbito do Município de São Paulo, o Programa de Prevenção e Tratamento das Úlceras Crônicas e do Pé Diabético;
- **Lei Municipal nº 15.000, de 20 de outubro de 2009**, que dispõe sobre a obrigatoriedade de acomodação, em espaço único, específico e de destaque, de produtos alimentícios recomendados para pessoas com diabetes, e dá outras providências.
- **Lei nº 15.207, de 23/06/2010**, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, que consolidou a legislação municipal referente a datas comemorativas, eventos e feriados do Município de São Paulo, para nela incluir a Semana de Conscientização sobre Intolerância à Lactose, a Doença Celíaca e o Diabetes Tipo I, a ser realizada duas vezes por ano, nos termos que especifica, e dá outras providências.
- **Lei Municipal nº 15.721, de 24 de abril de 2013**, que dispõe sobre a criação de Programa Multidisciplinar de Atendimento ao Diabetes no município de São Paulo e dá outras providências, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 54.133/13;

**PROCURADORIA**

- **Lei Municipal nº 15.968, de 27 de janeiro de 2014**, que institui e define diretrizes para o Programa de Promoção, Proteção e Educação em Saúde no âmbito do Município de São Paulo;

- **Lei Municipal nº 16.243, de 2015**, que institui, na rede de saúde do Município de São Paulo, o Prontuário Eletrônico do Paciente – PEP.

- **Lei Municipal nº 16.310, de 11 de novembro de 2015**, que altera a Lei nº 16.243/2015, que trata do prontuário eletrônico de saúde;

- **Lei Municipal nº 16.376, de 01 de fevereiro de 2016**, que estabelece diretriz para a política municipal de saúde relativamente ao transporte de pessoas enfermas impedidas de utilizar os meios comuns de transporte até um equipamento público de saúde;

- **Lei Nº 16.659, de 16 de maio de 2017**, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo a Semana Municipal de Prevenção e Combate ao Edema Macular Diabético, e dá outras providências.

- **Lei Municipal nº 16.739, de 07/11/2017**, que dispõe sobre a prestação de serviços farmacêuticos pelas farmácias e drogarias, e fixa outras providências.

PL 73/2025 - Dispõe sobre o sistema de voucher para pacientes com diabetes tipo 1, destinado à aquisição de sensor de monitoramento contínuo de glicose.

PL 899/2024 - Dispõe ao Poder Público, da possibilidade de fornecimento do sensor de glicose e aparelho medidor “FreeStyle Libre” para todas as crianças e adolescentes que possuem diabetes.

PL 804/2024- Institui a política de aperfeiçoamento do cuidado da pessoa com diabetes pelo Sistema Único de Saúde – SUS no Município de São Paulo.

PL 777/2024 -Regulamenta o uso do bracelete azul para pessoas diabéticas no âmbito do Município de São Paulo.

**PROCURADORIA**

PL 760/2023 -Institui o fornecimento de merenda escolar adaptada aos estudantes hiperglicêmicos, hipoglicêmicos e celíacos da rede municipal de São Paulo e dá outras providências

PL 607/2023 -Estabelece a Política de Prevenção do Diabetes e de Assistência Integral à Pessoa Diabética no Município de São Paulo, e dá outras providências.

PL 50/2023- Dispõe sobre o programa de combate ao diabetes e à obesidade infantil na rede pública e privada de ensino da cidade de São Paulo, dá outras providências

PL 41/2023- Dispõe sobre o programa de combate ao diabetes e à obesidade infantil na rede pública e privada de ensino da cidade de São Paulo e dá outras providências

PL 294/2022- Dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de pessoa treinadas para realizar o teste de glicemia capilar e administrar insulina nas unidades de educação infantil e de ensino fundamental na cidade de São Paulo.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 24 de junho de 2025.

Cintia Talarico da Cruz Carrer
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068